

## RESENHA\*

---

DABDAB TRABULSI, J. A. *Participação direta e democracia grega. Uma história exemplar?* Coimbra: Grácio, 2018.

### UMA HISTÓRIA EXEMPLAR

*Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite\*\**

O ano de 2018 marca duplamente a carreira do professor titular de História Antiga da Universidade Federal de Minas Gerais, José Antônio Dabdab Trubulsi: a comemoração de sua aposentadoria com um evento sobre sua carreira e sua obra, intitulado «Formas da Política na Antiguidade: por um Elogio à Democracia», e a tradução de um de seus mais importantes livros do francês para o português. Trata-se de *Participação direta e democracia grega. Uma história exemplar?*, preparado pela editora portuguesa Grácio, originalmente sob o título *Participation directe et démocratie grecque. Une histoire exemplaire?*, texto então publicado pela editora francesa Pufc, de Besançon, em 2006. A obra é fruto de um quarto de século de muitas leituras, segundo o autor, que não se furta em assumir, da mesma forma que fez Jules Isaac,<sup>1</sup> seu trabalho como um ensaio de «história parcial», engajado em responder às exigências de uma época. À fórmula se soma o cuidado em dialogar com a longa tradição historiográfica sobre os objetos abordados,

---

\* Recebido em: 26/12/2018 e aceito em: 28/01/2019.

\*\* Atua como professor e pesquisador (de Pós-doutorado) no PPGH-UFES. É membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e faz parte da International Network for Theory of History. É membro ativo do NIET (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Teóricos) e do LETHIS-UFES. Compõe o corpo editorial da *Revista de Teoria da História* (UFG).

delineando, conjuntamente, a história da ideia de democracia na antiguidade e a história da historiografia sobre a ideia de democracia.

É premente a dimensão da publicação, tanto por seu valor historiográfico quanto pela elaboração original de um tema fundamental para a ciência ou mesmo para a vida política: a ideia de «democracia», ou, mais especificamente, a «participação direta» como cultura política, tema central do trabalho anunciado desde o acertado título. De forma modesta, o autor alega que sua ambição seria «somente» examinar a política antiga a partir do conceito de «culturas políticas». Para isso, toma «o caso das cidades gregas entre o início da época arcaica e o final da época clássica, ou seja, entre aproximadamente 800 e 322 antes de nossa era» (p. 9) como recorte temporal de sua análise. E se não podemos dizer que é possível desenhar de modo homogêneo a política antiga das cerca de 700 cidades [*póleis*] gregas desse período, ao menos é, sim, possível afirmar que o estudo realizado determina como marca mais relevante e comum, precisamente, a «participação direta», quer dizer, não mediada, enquanto «cultura política em si mesma» (p. 10). Simultaneamente a esse esforço, cuja contribuição não se limita ao âmbito da história, mas também ao da teoria política, a obra não por acaso ilumina uma demanda social urgente, qual seja, o desejo de participação política em reação ao sentimento de falta de representabilidade nas chamadas democracias liberais, pois, como nos ensina o professor Dabdab Trabulsi já na abertura do livro, «do ponto de vista da participação política, esse regimes [as democracias liberais atuais] são um fracasso cada vez mais evidente» (p. 19), ocasionando um «grande descrédito da ideia de democracia na opinião pública» (p. 8). Nesse sentido, arrisco-me a sugerir, concordando com o argumento do livro, que as demandas políticas fundamentais da atualidade poderiam ser agremiadas na ideia da «participação política» (e na falta dela). Nessas circunstâncias o professor Dabdab Trabulsi, de modo oportuno, traduz sua obra para o português, no propício ano em que as angústias que condicionam nossa particular cultura política deliberaram nas urnas.

Um trabalho que tematiza a ideia de democracia e seu caráter mais radical, a participação direta, disponibiliza instrumentos preciosos para interpretação ou elaboração de nosso ideal democrático e das possibilidades ainda não aventadas ou exploradas de modo suficiente pelo moderno conceito de democracia. Essa é a abertura teórica produzida pelas 338 páginas do livro em questão, cujo método empregado, do «romance em voz original», através de citações espinhosas - o que de nenhum modo caracteriza o texto como

enfadonho, tornando-o, muito pelo contrário, um diálogo imediato com as fontes -, dá ao leitor o prazer de descobrir, junto com o autor, os fatos em perspectiva. A exibição dos fatos, que provam cada experiência histórica como «singular e específica», em contraposição à atualidade, configura uma narrativa pedagógica em seu mais alto sentido. Afinal, como já dito em outras palavras, o autor propõe «injetar um problema contemporâneo no estudo do passado, num exercício de anacronismo controlado» (p. 9), de modo a reanimar os sentidos do passado ao passo que se abrem, assim, possibilidades presentes, com a intenção de demonstrar que em certos contextos que guardam afinidades entre si, portanto, um outro caminho é possível. Disso não se deduz um mero aprendizado ou uma lição atemporal; somos, isso sim, colocados diante de uma decisão elaborada pela exposição das possibilidades do espírito humano. Tal efeito da obra em questão revigora os estudos antigos e se relaciona a algo muito bem explicado por Jacob Burckhardt,<sup>2</sup> em suas preleções na Universidade da Basileia sobre a teoria da história, publicadas postumamente sob o título *Weltgeschichtliche Betrachtungen* [Considerações à História Universal], em 1905. O historiador suíço ensina que não há como nos desvencilharmos do passado que nós herdamos, pois ele constitui aquilo que chamamos de nossa existência, nosso *ser*. Algo de intemporal permite a conexão entre nós e o passado herdado: o espírito humano, suas capacidades e possibilidades, o qual sofre interpretações variadas no tempo, permanecendo intransigente como constituição fundamental daquilo que expressamos como a existência. Tanto G.W.F. Hegel, antes, quanto Friedrich Nietzsche, após Burckhardt, afirmaram o mesmo que Dabdab Trabulsi efetivamente demonstra por meio de sua apresentação e análise da ideia de democracia: tão distante espaço-temporalmente, tão próxima espiritualmente.

O exame feito da ideia de democracia exige que o professor Dabdab Trabulsi ponha à prova duas hipóteses: a primeira seria que as democracias liberais modernas «colocaram-se como continuadoras da herança antiga» (p. 19); a segunda, por sua vez, seria que os teóricos reformuladores da ideia de democracia na modernidade, invertendo o fundamento dos antigos, «afirmaram claramente que o objetivo da representação era precisamente afastar a ameaça da participação popular nos assuntos coletivos» (p. 7). Isto é, a participação direta teria sido abandonada como princípio pela democracia na atualidade, organizada politicamente para interdita-la o quanto possível.

No governo imediatamente popular da *demos-kracia*, governo-do-povo, inicialmente chamado *isegoría*, nome que demarca, antes de tudo, a pos-

sibilidade de igual direito à fala, o acesso à palavra estrutura a criação de seus espaços políticos. Não vem ao caso aqui avaliar as inúmeras formas de manifestação democrática encontradas na antiguidade grega, cabendo a mim apenas registrar quão bem apresentados e estudados pelo autor são: o surgimento do voto popular majoritário, os sorteios para cargos públicos, a remuneração pelo exercício de função pública, a rotatividade dos cargos e a especialização exigida para as funções técnicas, os diferentes modos de participação e a demonstração da vontade popular através dos conselhos, tribunais, a guerra ou diplomacia, os cultos religiosos e cívicos, bem como o teatro, e, ainda, por fim, mas não menos importante, o aparecimento da própria noção de cidadão, que incluía os pobres daquela sociedade (p. 212).

Nesses termos, a obra estabelece um diálogo entre as duas tradições democráticas, a antiga e a moderna, para avaliar o que uma pode aprender com a outra, ou, mais precisamente, como pensar uma «democracia digna de seu nome, baseada na dignidade da participação cidadã direta, e não na alienação da representação e na ilusão midiática» (p. 319). O autor reafirma seu compromisso com as liberdades universais estabelecidas pelos regimes liberais modernos: as liberdades civis, liberdade de pensamento e expressão, de associação, contra os poderes abusivos do Estado moderno. Tais liberdades, contudo, não tendo garantido a participação política direta em regimes democráticos, levam-nos (a ele e a nós) à conclusão: deve-se, assim, repolitizar a cidade moderna, reconstruir o cidadão.

Ao leitor da obra de Dabdab Trabulsi, fica a impressão de que o Estado político de nosso tempo contradiz imensamente o que a antiga política grega cultivou, pois a verdade unidimensional de índole excludente e autoritária, aliada à pós-verdade nadificante de nossa época, interdita a possibilidade de abrir algum horizonte produtivo para o espírito humano, rejeitando a própria noção de perspectiva, que, no vocabulário sociológico, pode ser compreendida como a revelação da individualidade em relação direta com a coletividade constituída. A participação ativa e direta dos cidadãos não alienados de sua individualidade nem de sua coletividade, portanto, torna-se impossível. Delimitam-se grupos que se excluem mutuamente, impossibilitando a configuração de uma sociedade maior e amplamente inclusiva, digna do nome democracia. Tal atitude ensimesmada, de solidariedade apenas ao igual, nos cega diante da existência do outro; seu princípio é o dogma, não o diálogo; sua manifestação imediata é o proselitismo, não a política. O resultado é a negação do diálogo e do próprio fenômeno político. Eis o

perigo maior das nossas deliberações atuais: usar da política para negá-la, problema, por certo, já averiguado na antiguidade, como nos mostra o discurso de Demóstenes (p. 317) ou a *Constituição de Atenas* de Aristóteles (p. 316). Outros limites da democracia são também investigados pelo autor, como a afamada «corrupção», tratada na antiguidade grega de maneira direta por Dinarco, Lísias e Demóstenes (p. 296-297).

O trabalho do professor Dabdab Trabulsi, que tanto elogia quanto questiona os limites da ideia democrática e da participação direta como cultura política, apresenta-se, portanto, de modo crítico. Ele nos faz ouvir as críticas que os antigos já faziam: Plutarco, Heródoto, Tucídides, Isócrates, Demóstenes denunciam demagogos, estratégias, ou até a insuficiência da própria constituição das instâncias democráticas. A atitude justa é, com efeito, uma particularidade do pesquisador Dabdab Trabulsi, mas também do professor, de quem fui aluno já em meu primeiro dia, em minha primeira aula, ao ingressar no curso de História na UFMG, e cuja história exemplar me inspira. Nele, no professor Dabdab, identifico um verdadeiro herdeiro de Heráclito, historiador para quem «o relâmpago tudo governa» (B 64),<sup>3</sup> ou melhor, o tempo tudo governa:

*Não se trata, na minha concepção, de idealizar a democracia ateniense, nem de esquecer seus «defeitos», quer se trate de seus defeitos aos olhos dos Antigos, ou de seus defeitos aos nossos olhos. Eu afirmo apenas que, como em relação a qualquer herança, temos um «direito de inventário» em relação à antiguidade : é legítimo que possamos escolher alguns de seus aspectos e rejeitar outros. Há um certo número de campos onde vejo um «reservatório de atualidades» da Antiguidade, que é urgente utilizar.*

---

## Notas

<sup>1</sup> ISAAC, J. *Lesoligarques: essai d'histoire partiale*. Paris: Ed. Minuit, 1946.

<sup>2</sup> BURCKHARDT, J. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. Stuttgart: Alfred Kröner, 2005.

<sup>3</sup> DIELS, H.; KRANZ, W. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Berlin: Weidmannsche Hildesheim, 1951-1952.